

Primeira Mão

FUP – Filiada à CUT e CNQ



retrospectiva

2013

Acordo conquistado na luta teve mais de 80% de aceitação
Pg. 02 e 03

Greve comprova poder de organização dos petroleiros
Pg. 04, 05 e 06

Leilão de Libra na contramão da soberania
Pg. 07 e 08



O ano de 2013 foi marcado por lutas e conquistas importantes para a classe trabalhadora. Em março, caravanas de várias regiões do país ocuparam Brasília, numa marcha em defesa da cidadania, desenvolvimento e valorização do trabalho. No mês seguinte, petroleiros e movimentos sociais realizaram intensa jornada de luta contra a retomada dos leilões de petróleo. Centrais sindicais de diferentes matizes políticas se uniram para impedir a votação do PL 4330, o

“projeto da escravidão”.

A unidade também deu a tônica da histórica manifestação de 11 de julho, onde os movimentos sindical e social tomaram com suas bandeiras vermelhas as ruas do país, dando continuidade às manifestações de junho. A luta prosseguiu nos meses de setembro e outubro, contra o leilão do campo de Libra. Seguindo o indicativo da FUP, os trabalhadores do Sistema Petrobrás realizaram a mais contundente greve da categoria, desde maio de 1995.

Os petroleiros não conseguiram impedir a entrega do maior campo de petróleo do pré-sal, mas resistiram e conquistaram um dos melhores acordos coletivos dos últimos anos.

A categoria termina 2013 fortalecida para as próximas batalhas: o plebiscito popular por uma Constituinte Exclusiva que promova a reforma política que há tempos a sociedade cobra, a disputa do projeto popular democrático iniciado pelo presidente Lula, às lutas dos petroleiros por um am-

biente seguro de trabalho, por regras claras e justas para as PLRs, por uma Petrobrás que de fato cumpra o seu papel de empresa pública, por um Brasil soberano, onde os recursos energéticos e naturais sejam tratados como bens públicos e sociais e não mercadorias. São muitos os desafios que os petroleiros e toda a classe trabalhadora enfrentarão em 2014. Mais uma vez, a unidade será fundamental para travarmos o bom combate e avançarmos nas conquistas.

José Maria inicia mandato classista no CA da Petrobrás

O diretor da FUP José Maria Rangel foi eleito em março representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás, onde foi empossado em 29 de abril. Desde a sua primeira reunião no CA, em 17 de maio, ele vem pautando o mandato por uma nova política de saúde e segurança para os trabalhadores, contra os leilões de petróleo e gás, pela defesa intransigente da manutenção dos investimentos da Petrobrás no Brasil e para derubar as limitações impostas aos conselheiros eleitos, que são impedidos de discutir e votar questões relativas aos empregados, como remuneração, relações sindicais e previdenciárias.

Em conjunto com a deputada federal Fátima Bezerra (PT/RN),



Zé Maria formulou o Projeto de Lei 6051/2013, que visa suprimir da Lei 12.353/2010 o parágrafo 3º do artigo 2º, que impõe essas limitações aos representantes de trabalhadores nos Conselhos de Administração de empresas pú-

blicas e estatais. O projeto deu entrada em agosto na Câmara dos Deputados Federais, onde já foi aprovado por unanimidade na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e agora encontra-se na Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

Outra conquista importante do conselheiro eleito foi pautar no CA o debate sobre saúde e segurança dos trabalhadores próprios e terceirizados da Petrobrás, ampliando as prerrogativas do antigo Comitê de Meio Ambiente, que passou a chamar-se Comitê de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Por conta disso, Zé Maria conquistou uma reunião extraordinária do órgão no dia 20 de dezembro, onde debateu com os demais conselheiros as condições inseguras nas refinarias e demais unidades da empresa, que levaram à ocorrência de uma série de acidentes graves no final do ano, que resultou em trabalhadores feridos, com risco de morte, além de prejuízos materiais.

Sindipetroquímica Ipojuca e Sindiquímica Paraná se filiam à FUP



Em 2013, a FUP ampliou sua representação, com a filiação de mais dois sindicatos de trabalhadores do ramo petroquímico. Em fevereiro, uma assembleia bastante concorrida realizada pelo Sindiquímica Paraná aprovou por unanimidade a filiação à FUP. Em

junho, o sindicato participou pela primeira vez de um fórum nacional de deliberação, durante a IV Plenafup.

Alguns meses depois, foi a vez dos trabalhadores da Petroquímica Suape (PQS), subsidiária da Petrobrás em Pernambuco, decidirem pela representatividade da FUP.

Em assembleia realizada no dia 30 de outubro, eles fundaram o Sindicato dos Petroquímicos de Ipojuca, que já nasceu filiado à FUP e à CUT. A Federação representa agora três sindicatos de petroquímicos (Bahia, Paraná e Ipojuca), além de 15 sindicatos de petroleiros.

Petroleiros são eleitos para a CNQ

No dia 04 de junho, a plenária final do VII Congresso Nacional da Confederação do Ramo Químico da CUT (CNQ) elegeu a nova diretoria da entidade para os próximos quatro anos. A dirigente do Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo, Lucineide Varjão Soares, foi reeleita para a presidência da Confederação, cuja secretaria geral passa a ser ocupada pelo diretor da FUP, Itamar Sanchez, que é também coordenador do Sindipetro Unificado-SP. Outros quatro petroleiros foram também eleitos para a direção da CNQ: Cibele Vieira (Sindipetro Unificado-SP), na Secretaria de Formação; Silvaney Bernardi (Sindipetro-PR-SC), na Regional Sul; Cairo Correa (Sindipetro-NF), na Setorial Petróleo, e Gildásio Ribeiro Souza (Sindipetro-BA), na suplência.

Marcha da Classe Trabalhadora reúne 50 mil em Brasília

A FUP e seus sindicatos participaram no dia 06 de março da VII Marcha das Centrais Sindicais e Movimentos Sociais, que reuniu cerca de 50 mil trabalhadores, estudantes e militantes, que ocuparam Brasília, em caravanas de vários estados do país. Com forte participação da CUT, CTB e movimentos sociais, a marcha teve como tema "Cidadania, Desenvolvimento e Valorização do Trabalho".



Os manifestantes enfatizaram a necessidade de ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura e nas áreas sociais para fortalecer o mercado interno e

redistribuir renda.

A marcha também homenageou o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, falecido no dia anterior, vítima de câncer. As centrais sindicais reconheceram as conquistas

sociais de seu governo e condenaram o receituário neoliberal de arrocho e precarização de direitos, que foi imposto às populações afetadas pela crise na Europa. A FUP ressaltou na marcha

a luta dos petroleiros por condições seguras de trabalho, contra a precarização da terceirização, pelo fim dos leilões de concessão de petróleo e gás e em defesa do controle social dessas riquezas.

Centrais unificam luta em manifestações que tomaram as ruas do país

Com suas bandeiras vermelhas e reivindicações classistas, as centrais sindicais tomaram as ruas do país em julho e agosto, inserindo a pauta dos trabalhadores na chamada "Primavera Brasileira", que tomou as ruas do país no mês de junho. O Dia Nacional de Lutas foi marcado por uma série de manifestações em mais de 150 municípios do país.

Organizações sindicais e sociais de diferentes matizes políticas somaram força, resgatando a unidade nacional em torno de reivindicações que há décadas embalam mobilizações e greves: combate à precarização do trabalho; política permanente de investimentos em saúde, educação e transportes públicos; fim do fator previdenciário; redução da jornada sem redução de salário; reforma agrária; fim dos leilões de petróleo; democratização dos meios de comunicação...

A FUP e seus sindicatos indi-



caram paralisações de 24 horas nas unidades do Sistema Petrobrás e disponibilizaram ônibus para os trabalhadores participarem dos atos públicos e passeatas. brasileiros. O MST mobilizou 17 estados e ocupou a sede

do INCRA, em Brasília. Houve bloqueios em mais de 50 rodovias e protestos nos pedágios, com liberação das catracas. No ABC paulista, 40 mil metalúrgicos cruzaram os braços. Os serviços de transporte público foram in-



terrompidos em seis capitais. Vários portos do país também tiveram suas operações suspensas ou reduzidas. Outras manifestações convocadas pelas centrais sindicais foram realizadas nos dias 06 e 30 de agosto.

Categorias organizadas barram votação do PL 4330



As centrais sindicais venceram em 2013 uma etapa importante na batalha contra o Projeto de Lei 4330/2004, do empresário e deputado federal Sandro Mabel (PMDB/GO). Ele libera a terceirização para as atividades-fim, reduz direitos e acaba com a responsabilidade solidária das empresas contratantes.

Batizado pela CUT de “projeto da escravidão”, o PL já poderia ter sido aprovado desde maio, em caráter definitivo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados Federais, mas, em função de uma série de mobilizações e intervenções das centrais sindicais, foi retirado de tramitação e enviado ao

Plenário. As lideranças parlamentares do campo da esquerda assumiram o compromisso com o movimento sindical de trabalharem pela obstrução do projeto, já que a correlação de forças na Câmara é desfavorável aos trabalhadores.

A luta contra o PL 4330 se arrasta desde 2011 e se intensificou em 2012, unificando as centrais sindicais e várias outras entidades de classe no Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização. Ao longo de todo esse ano, a CUT se mobilizou, dentro e fora da Câmara Federal, convocando os trabalhadores para vigílias e ocupações na CCJC e manifestações em diversas capitais do país. Os petroleiros partici-

param ativamente da luta, com atos públicos e paralisações nas bases, e até chegaram a propor, junto com os bancários, uma greve nacional contra o PL 4330.

Entre julho e setembro, as centrais sindicais ainda tentaram debater com representantes do governo, parlamentares e empresários uma proposta alternativa de regulamentação da terceirização, com foco na proteção dos direitos trabalhistas, preservação das atividades fim e representatividade sindical. Após mais de dez reuniões, a mesa quadripartite de negociação terminou sem avanços, pois os empresários permaneceram inflexíveis.

Diante da resistência das cen-

trais sindicais, as lideranças partidárias suspenderam a tramitação do projeto na CCJC e aceitaram realizar em 18 de setembro uma Comissão Geral no Plenário da Câmara para aprofundar o debate sobre terceirização. Sindicalistas, juristas, ministros e procuradores do Trabalho compareceram em massa à audiência e escancararam em rede nacional os prejuízos que o PL 4330 causaria aos trabalhadores, caso fosse aprovado.

Os empresários, no entanto, continuaram se articulando. No Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou no dia 17 de julho um substitutivo ao PLS 87/2010, de autoria do ex-senador e atual deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB-MG), cujo texto é uma réplica exata do PL 4330. O clone tucano do “projeto da escravidão” chegou inclusive a entrar na pauta de votação no dia 13 de novembro, com relatoria do senador e empresário Armando Monteiro (PTB-PE), ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A CUT mais uma vez se mobilizou e acionou os senadores petistas, que pediram vistas do projeto. Os trabalhadores, portanto, seguem mobilizados, não só contra o PL 4330, mas também para derrotar o PLS 87.

Redução do IR nas PLRs é conquista dos trabalhadores

Após diversas mobilizações da CUT, intensificadas a partir de 2011, através de uma campanha conjunta da FUP com bancários, metalúrgicos, químicos e urbanitários, a presidenta Dilma Rousseff sancionou em junho a Lei 12.832/2013, que reduziu o Imposto de Renda sobre a PLR e isentou do tributo quem recebe até R\$ 6 mil. Antes, a isenção era só para PLRs de até R\$ 1.566,61

e os trabalhadores que recebiam acima de R\$ 3.911,63 eram tributados pela alíquota máxima, de 27,5%.

Quem recebia uma PLR de R\$ 11.000,00, por exemplo, tinha que descontar 20,62% de imposto, ou seja, R\$ 2.268,47. Depois da lei, a tributação passou a ser de 4,77%, reduzindo para R\$ 525,00 a cobrança de IR. Uma grande conquista do movimento sindical classista, que mobilizou os trabalhado-



res com atos em São Paulo e em Brasília, pressionou o governo federal e parlamentares, além de ter realizado uma

campanha nacional, que coletou mais de 200 mil assinaturas em prol da isenção total do IR nas PLRs.

Jornada nacional de luta para impedir a 11ª Rodada

A FUP, a Via Campesina e outros movimentos sociais realizaram em maio uma das maiores jornadas de lutas dos últimos tempos em defesa da soberania energética. Atos públicos, ocupações, paralisações e manifestações nas unidades do Sistema Petrobrás foram realizados na

tentativa de barrar a 11ª Rodada de Licitações, que marcou a retomada dos leilões de concessão de petróleo e gás, que estavam suspensos desde 2008, em função da pressão dos movimentos sociais.

Mesmo com toda a resistência dos trabalhadores, a ANP leiloou no dia 14 de maio reservas esti-

madas em 35 milhões de barris de petróleo, localizadas em 142 blocos que foram concedidos pela Agência a 30 empresas privadas, sendo 18 multinacionais. A Petrobrás adquiriu participação em 34 blocos, mas será operadora em apenas 12, sen-

do três em águas profundas e nove em terra. A despeito do imenso prejuízo causado à nação, a ANP entregou por R\$ 2,8 bilhões (valor arrecadado com os bônus de assinatura) um patrimônio superior a três trilhões de dólares.



Ultrafertil é novamente 100% Petrobrás

Dois décadas após ser privatizada, a antiga Ultrafertil, uma das unidades que integravam a Petrobrás Fertilizantes (Petrofertil), foi reincorporada ao Sistema como Fafen-PR. Uma vitória dos trabalhadores, sacramentada no dia primeiro de junho, após um longo processo de negociação.

As empresas de fertilizantes da Petrobrás foram leiloadas nos anos

90 através do Programa Nacional de Desestatização (PND), criado no governo Collor de Melo e levado adiante por Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Apenas as fábricas da Bahia (Fafen-BA) e de Sergipe (Fafen-SE) escaparam da privatização, em função de uma forte mobilização dos trabalhadores. A Ultrafertil e as demais empresas que pertenciam à Petrofertil (Nitro-

fertil, Fosfertil, Goiasfertil, Arafertil e outras) passaram a ser controladas pela multinacional Bunge e em 2010 foram adquiridas pela Vale Fertilizantes.

Ao longo desses 20 anos, os trabalhadores mantiveram-se organizados, sempre denunciando os impactos na produção de alimentos que a privatização da indústria de fertilizantes gerou e

cobrando a intervenção do Estado no controle desse estratégico setor. A resistência valeu a pena e provou que a luta organizada constrói conquistas e vitórias. A FUP teve participação fundamental nesse processo, contribuindo na interlocução com o governo e os gestores da Petrobrás e fortalecendo a unidade dos trabalhadores do Sistema.



Greve e mobilizações contra o leilão de Libra

A FUP e mais de 80 organizações populares e sindicais somaram forças em uma campanha nacional que mobilizou o país nos meses de setembro e outubro contra o leilão do maior campo de petróleo da atualidade. Uma luta que envolveu greve, passeatas, manifestações, audiências públicas, ocupações, acampamentos, ações judiciais e outras formas

de pressão para impedir a entrega de Libra na primeira rodada de licitação do regime de partilha do pré-sal.

Na semana anterior ao leilão, os petroleiros atenderam ao chamado da FUP e iniciaram uma greve nacional, dando exemplo de politização e despertando os brasileiros para a importância estratégica do petróleo na soberania nacional. Foram sete dias

de enfrentamento, com a produção reduzida em diversas unidades da Petrobrás e subsidiárias. Um movimento político, em plena campanha reivindicatória, que extrapolou a pauta corporativa e se transformou no maior enfrentamento da sociedade brasileira ao leilão de Libra.

Apesar da força da greve e das manifestações conjuntas com os movimentos sociais e centrais

sindicais, o governo realizou no dia 21 de outubro o leilão, entregando 40% de Libra para as multinacionais Shell e Total Elf e 20% para as estatais chinesas, CNPC e CNOOC. A Petrobrás, que descobriu o campo, ficou com menos da metade desse estratégico reservatório de petróleo. O Estado brasileiro, que antes do leilão tinha 100% do controle de Libra, passou a ter apenas 40%.

Pela retomada dos investimentos nos campos terrestres

Os petroleiros do Nordeste e da região Norte do Espírito Santo tiveram um ano difícil, de embates e mobilizações para cobrar dos gestores da Petrobrás e do governo a revitalização dos campos terrestres de petróleo e gás. Essas unidades vêm sofrendo uma forte redução de investimentos por parte da es-

tatal, o que tem gerado demissões em massa por parte das empresas que operam nessas regiões, precarização das condições de trabalho e uma série de impactos nas economias locais.

A FUP participou de audiências públicas no Rio Grande do Norte e na Bahia, além de reuniões com parlamentares, prefei-

tos e a presidenta da Petrobrás, Maria das Graças Foster, para buscar a manutenção dos investimentos da empresa nesses estados, que têm sido os mais prejudicados pela retração dos projetos de exploração e produção dos chamados campos maduros. Durante a IV Plenafup, os petroleiros chegaram a aprovar por

unanimidade um manifesto, que, entre outros encaminhamentos, cobra a permanência da estatal como operadora dos blocos terrestres. A manutenção dos investimentos da Petrobrás neste setor tem sido também pauta constante do representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da empresa.

FUP pressiona e garante novo convênio INSS-Petros



A FUP foi surpreendida em janeiro pela informação da Petrobrás de que o INSS havia voltado atrás na decisão de prorrogar por mais um ano o convênio para pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas da Petros. Recomeçava ali uma luta árdua para garantir a preservação de todos os direitos dos atuais e futuros assistidos, bem como o restabelecimento do convênio. Foram várias reuniões com a Petrobrás, Petros e todo o staff do Ministério da Previdên-

cia Social, incluindo o ministro Garibaldi Alves Filho, e o presidente do INSS, Lindolfo Sales.

No dia 07 de março, a Petrobrás se posicionou, reiterando que a interrupção do convênio não acarretaria qualquer problema quanto à AMS para nenhum empregado, aposentado ou pensionista, bem como para os petroleiros que estivessem requerendo sua aposentadoria junto ao INSS. Através de seu Conselho Nacional de Aposentados e Pensionistas (CNAP), a FUP organi-

zou uma série de ações políticas e sindicais para garantir os direitos da categoria.

Os sindicatos inundaram os gabinetes da Presidência da Petrobrás e da Gerência de RH com documentos protestando contra a suspensão do Convênio e exigindo a prestação de contas com o INSS. Cerca de 350 petroleiros de várias bases da FUP realizaram um grande ato em frente à sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro, aumentando a pressão sobre a empresa.

No dia 02 de abril, a Petros anunciou um novo convênio com o INSS, com validade de cinco anos, mas sem participação da Petrobrás, como reivindicavam os petroleiros. Por cobrança da FUP, o convênio foi estendido também aos atuais e futuros aposentados e pensionistas da Transpetro. Na campanha reivindicatória, a FUP voltou a cobrar o restabelecimento do convênio com a Petrobrás e a empresa se comprometeu a envidar todos os esforços necessários nesse sentido.

Na luta pelo regramento da PLR

No dia 22 de março, após a quitação da PLR 2012, a FUP retomou a negociação com a Petrobrás para estabelecer regras claras, democráticas e justas para as PLRs futuras, tomando como base a proposta aprovada pela categoria em 2008. O

processo se arrastou pelos meses seguintes e chegou a um impasse no final de outubro, quando a empresa formalizou uma proposta, que foi rejeitada em mesa pela FUP. Em novembro, houve mais uma reunião com o RH, na tentativa de constru-

ção de uma nova proposta.

A Petrobrás concorda com a reivindicação dos trabalhadores de pagamento mínimo, caso não haja lucro, mas ainda precisa avançar, tanto em relação ao percentual a ser provisionado para as PLRs futuras,

quanto à estruturação das metas e indicadores. A FUP e seus sindicatos questionam o indicador Volume Total de Petróleo e Derivados Vazados, considerado um problema, pois não prevê qualquer garantia de combate à subnotificação de acidentes.

Greve de outubro conquista acordo vitorioso



Outubro de 2013 entrou para a história do movimento sindical petroleiro não só pelo enfrentamento de sete dias em uma greve política, que paralisou todas as bases da FUP, como também pelas conquistas do Acordo Coletivo conquistado na luta. Dos primeiros minutos do dia 17 até o findar de 23 de outubro, os petroleiros travaram o bom combate em uma das mais emblemáticas greves da história da categoria, cuja intensidade se assemelhou a maio de 1995. Nas unidades operacionais e administrativas, os

trabalhadores resistiram à truculência das gerências e enfrentaram a pelegagem das equipes de contingência. Uma greve que uniu petroleiros de diferentes gerações, apesar dos gestores da Petrobrás tentarem de tudo para desestabilizar o movimento - de cárcere privado à utilização da polícia e até mesmo das forças armadas para tentar intimidar a militância.

Se por um lado a greve não impediu o leilão de Libra, por outro garantiu um dos melhores Acordos Coletivos dos últimos anos, apesar da conjuntura econômica

desfavorável aos trabalhadores do Sistema Petrobrás. Um acordo que teve mais de 80% de aceitação da categoria! Além de ganho real médio de 2,07%, o ACT resolve questões estruturais para os petroleiros, com conquistas para os trabalhadores próprios e terceirizados, da ativa e aposentados, da holding e das subsidiárias.

Os sete dias de greve e a liderança segura e responsável da FUP na condução das negociações com a Petrobrás tornaram possíveis o fundo garantidor para os trabalhadores terceirizados, a isonomia dos três níveis pela qual

os aposentados e pensionistas lutam há quase dez anos, horas extras a 100% para o administrativo, a reestruturação do benefício farmácia, a implementação dos auxílios refeição e alimentação, a extensão do programa universitário para todos os cursos, o avanço automático de pleno para sênior nas carreiras de nível médio, o restabelecimento das dobradinhas de todos os feriados nacionais laicos, a implementação da AMS para os aposentados e pensionistas da Transpetro e Petrobrás Biocombustível, entre tantas outras conquistas.

Movimentos sociais lançam plebiscito por Constituinte Exclusiva para reforma política

No dia 15 de novembro, cerca de 100 organizações sociais, incluindo a FUP, CUT, CTB e outras entidades sindicais, lançaram em Brasília o plebiscito para que o povo brasileiro possa se posicionar sobre a eleição de uma Constituinte Exclusiva

e Soberana para reformar o atual sistema político. A consulta à população será realizada em setembro de 2014, durante a Semana da Pátria (de 01 a 07/09), e terá uma única pergunta: “Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o siste-

ma político?”. Os movimentos sociais intensificarão a criação de comitês regionais e de outros fóruns de participação para garantir um amplo debate com a sociedade sobre a importância de uma reforma política que permita a população influir efetiva-

mente nas decisões do país.

A FUP disponibilizou em sua página a íntegra da cartilha que explica detalhadamente a importância da Constituinte Exclusiva: www.fup.org.br/2012/publicacoes/outras-publicacoes/2222214-plebiscito-popular

Insegurança crônica na Petrobrás e retrocessos no SMS



O ano de 2013 terminou com graves acidentes em cinco refinarias (Repar, Reman, Reduc, Regap e Rlam), refletindo a insegurança crô-

nica que se alastrou por todo o Sistema Petrobrás, apesar dos constantes alertas e cobranças do movimento sindical por mudanças estruturais no

SMS. As mortes de trabalhadores e as práticas das gerências de escamotear os acidentes com afastamento, subnotificando os registros, evidenciam

a falência da gestão de segurança da empresa. Situação que se agravou ainda mais com os Programas de Otimização de Custos Operacionais (Procop) e de Aumento de Eficiência Operacional da Bacia de Campos (Proef), que completaram um ano em 2013, escancarando a política de redução de investimentos em manutenção de equipamentos e contratação de trabalhadores.

Desde setembro de 2011, a FUP vem apontando alternativas para um novo modelo de segurança, através do Grupo de Trabalho Paritário de SMS, conquistado pelos trabalhadores para discutir com os executivos da Petrobrás uma nova política de segurança. No entanto, após 14 reuniões, nada de significativo mudou na gestão da empresa e os acidentes continuam vitimando a categoria.

No dia 16 de abril, em reunião com a presidenta Maria das Graças Foster e diretores da empresa, a FUP tornou a apresentar as principais propostas que os trabalhadores discutiram no GT. Dois meses depois, em reunião no dia 17 de junho, os gestores da Petrobrás deixaram claro que não tem coragem de mudar sua política de SMS, postura que se refletiu na campanha reivindicatória, onde nenhum dos pleitos dos trabalhadores referentes a saúde e segurança foi atendida.

ANP ignora alertas e concede blocos de exploração do gás de Xisto



Apesar das denúncias e alertas sobre os impactos sócio-ambientais da exploração do gás de xisto, a ANP atropelou pareceres e recomendações dos órgãos fiscalizadores e realizou no dia 28 de novembro sua 12ª Rodada de Licitação. Previsto inicialmente para dois dias, o leilão durou menos de seis horas, com participação de 12 empresas, sendo quatro estrangeiras. Mesmo com todos os riscos em torno da exploração do gás de xisto e a ausência de uma legislação específica, a Agência preferiu primeiro leiloar para depois discutir as regras com as empresas vencedoras. Dos 240

blocos exploratórios ofertados pela ANP, 72 foram arrematados, dos quais 75% em áreas potencialmente produtoras de gás de xisto. A maioria dos blocos foi adquirida pela Petrobrás, que irá operar sozinha 27 áreas e outras 22 em consórcios com empresas privadas.

A exploração do polêmico gás de xisto já causou vários acidentes nos Estados Unidos, com contaminação de lençóis freáticos, e foi terminantemente proibida em diversos países do mundo. No entanto, para as agências reguladoras brasileiras, o meio ambiente é apenas um detalhe.

Assentamento do MST em Pernambuco recebe petroleiros na IV Plenafup



A solidariedade de classe entre trabalhadores do campo e da cidade marcou cada um dos 168 petroleiros e petroleiras que participaram da IV Plenária Nacional da FUP, entre os dias 06 e 09 de junho, em Caruaru, região do agreste pernambucano.

O evento foi realizado no Centro de Formação Paulo Freire, prédio da antiga sede da fazenda Normandia, ocupada há 20 anos pelo MST. Petroleiros e trabalhadores rurais celebraram a aliança histórica entre duas cate-

gorias que são símbolo de organização nacional e cuja unidade tem sido fundamental nas lutas contra a privatização da Petrobrás e os leilões de petróleo.

Foi a segunda vez que a FUP realizou sua plenária nacional

em um assentamento do MST. A primeira experiência foi em 2009, durante a I Plenafup, que teve como palco a Escola Latino Americana de Agroecologia, localizada no Assentamento de Contestado, no Paraná.

I Encontro Nacional das Petroleiras Fupistas

Entre os dias 05 e 07 de abril, foi realizado no Rio de Janeiro o I Encontro Nacional de Petroleiras Fupistas, que debateu questões específicas do universo feminino na indústria de petróleo e estratégias de luta por maior empoderamento das trabalhadoras nas empresas, na sociedade e nas organizações sindicais. O evento também elegeu o estatuto do Coletivo Nacional da Mulher Petroleira, que desenvolverá ações para incentivar a participação das mulheres nos fóruns deliberativos da FUP e nas direções sindicais. O evento inédito foi aberto com a presença da presidenta da Petrobrás, Maria das Graças Foster, que no dia 03 de setembro reuniu-se com o Coletivo eleito durante o Encontro e recebeu as principais reivindicações elencadas pelas petroleiras.



30 anos da CUT e da histórica greve de 1983

No dia 28 de agosto, a classe trabalhadora brasileira comemorou os 30 anos de fundação da CUT, a maior central sindical da América Latina, que nasceu em 1983, no rastro da histórica greve dos petroleiros da Replan e da Rlam. As três décadas de lutas e conquistas da CUT foram festejadas no ABC paulista, berço do novo sindicalismo, consolidado com a criação da Central, que conta hoje com 3.806 entidades filiadas, representantes de cerca de 24 milhões de trabalhadores, entre eles os petroleiros da FUP.

Os petroleiros de Paulínia e Mataripe também comemoraram em julho os 30 anos da greve de 1983, que desafiou a ditadura militar contra o arrocho salarial e a tentativa do regime de acabar com uma série de direitos dos trabalhadores de estatais. O movimento durou sete dias e foi violentamente reprimido pelos militares, que ocuparam as refinarias e os sindicatos, cassaram as direções sindicais e demitiram 358 petroleiros.



Petroleiros começam a celebrar maioridade da FUP

Um grande ato político dia 31 de agosto abriu as comemorações dos 21 anos de organização classista da categoria petroleira. Até junho de 2014, uma série de eventos marcará a maioridade da FUP,

em um projeto de resgate histórico, que tem como ponto de partida a fundação em 1993 da Federação Única Cutista de Petroleiros, a FUC-P. A entidade foi sucedida em 1994 pela FUP, que é a her-

deira de toda a trajetória de organização classista da categoria, a partir do Comando Nacional dos Petroleiros, nos anos 80.

O projeto "FUP e seus 21 anos de luta e conquistas" será

marcado por seminários, palestras, debates, além da edição de um livro impresso e digital e de uma mostra fotográfica itinerante, que correrá os principais estados do país.



Acampamento em Brasília fortalece solidariedade de classe na luta pela soberania



Uma das principais ações da FUP e movimentos sociais contra o leilão de Libra foi o Acampamento da Soberania, erguido no dia 02 de outubro, em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, onde durante vinte dias, os petroleiros tiveram a oportunidade de estreitar ainda mais a relação com os movimentos sociais que integram a Plataforma Operária e Campesina para a Energia, formada pelo MAB, MST, Via Campesina, FUP e FNU. O Acampamento surgiu para pressionar o governo e os parlamentares a suspenderem o leilão e acabou servindo também de base de apoio para diversas outras ati-

vidades, como a luta contra o PL 4330 e uma série de intervenções sindicais e dos movimentos sociais em Brasília.

“Foi um momento único, onde trabalhadores do campo e da cidade estiveram juntos, lado a lado, acampados em um local tão simbólico, quanto a luta que travávamos, no centro político do país. Nada disso seria possível, se os trabalhadores não tivessem derrubado a ditadura militar, reconstruído a democracia e eleito um governo popular, comprometido com a classe trabalhadora”, ressalta o coordenador da FUP, João Antônio de Moraes, que permaneceu acampado

em Brasília durante os 20 dias da manifestação. “Apesar do terrível equívoco que foi o leilão de Libra, o governo soube respeitar o protesto dos trabalhadores. Mais uma vez, provamos na prática que autonomia é saber reconhecer os avanços de um projeto popular democrático construído por nós e ao mesmo tempo estarmos organizados para nos contrapor e lutarmos contra os equívocos do governo”, complementa o diretor da FUP, Mário Dal Zot, que também participou ativamente do acampamento.

Relato semelhante faz um dos militantes que participou do acampamento: “Agradeço imensamente

a oportunidade que os companheiros e companheiras da FUP e seus sindicatos me proporcionaram de conviver, conversar, sorrir, chorar e aprender. Foram vinte dias de intensas emoções, período histórico, no qual aprendi um pouco mais da realidade da valorosa categoria dos petroleiros. Gente que rala, luta, pensa estrategicamente, constrói o país. A combatividade e generosidade de vocês me marcaram para sempre. Foi uma honra cerrar fileiras com vocês, aprendi muito. Me encanta a aliança, prática e programática, que ousaram fazer com os movimentos sociais”, declara Reinaldo Cruz, da CUT/DF.

II Encontro Nacional da Juventude Fupista

Jovens petroleiros de várias bases da FUP realizaram um Encontro Nacional entre os dias 02 e 05 de outubro, no acampamento que serviu de base em Brasília para a jornada de luta contra o leilão de Libra e o PL 4330. O II Encontro Nacional da Juventude Fupista contou com a participação de cerca de 90 trabalhadores e militantes, que discutiram formação política, democratização dos meios de comunicação, participação dos jovens nas lutas sociais e sindicais, bem como condições de trabalho na indústria petroleira. Uma das principais resoluções do evento foi a construção de um Coletivo Nacional da Juventude Petroleira.



Dez anos do Mova-Brasil

O MOVA-Brasil completou uma década de existência, em 2013, com cerca de 200 mil brasileiras e brasileiros alfabetizados em mais de dez estados do país. A FUP se orgulha muito de fazer parte desta história, como

partícipe do projeto, junto com o Instituto Paulo Freire e a Petrobrás. Ao longo desses dez anos, os petroleiros contribuíram para alterar a realidade brasileira, levando cidadania e inclusão social a milhares de famílias de regiões

marginalizadas, como o semi-árido, localidades ribeirinhas, periferias das regiões metropolitanas e presídios. Para a FUP e seus sindicatos, o MOVA-Brasil tem sido uma grande oportunidade de avançarmos na construção

de um país com menos desigualdades, ajudando na formação de cidadãos com consciência crítica. É este o verdadeiro conceito de sindicato cidadão: atuar como protagonista das mudanças pelas quais tanto lutamos.

Hugo Chávez, presente!

Após dois anos de luta contra um agressivo câncer, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, faleceu no dia 5 de março, aos 58 anos de idade. Ele havia sido reeleito no ano anterior para o seu quarto mandato. O vice-presidente, Nicolás Maduro, assumiu interinamente o governo do país e foi eleito democraticamente nas urnas no dia 15 de abril, dando continuidade ao legado socialista herdado de seu antecessor.

Desde que foi eleito pela primeira vez, em 1999, Hugo Chávez iniciou uma série de transformações sociais na Venezuela, país marcado por uma das mais violentas desigualdades sociais da América Latina. A partir de seu governo, o povo venezuelano deu início a uma série de conquistas. O país reduziu drasticamente a miséria e a pobreza, passando a ostentar

o menor índice de desigualdade do continente, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). A revolução bolivariana teve como principal alicerce a indústria de petróleo. Os recursos, que antes eram canalizados para as petroleiras multinacionais, foram transformados em ferramenta do Estado para combater a pobreza e promover transformações sociais.

Por conta de tudo isso, Hugo Chávez enfrentou a ira das elites e diversas tentativas de golpe e desestabilização orquestradas pelos Estados Unidos. Para se contrapor aos imperialistas, se dedicou ferrenhamente à integração dos países sul-americanos e do Caribe, tendo como principal aliado o presidente Lula. Que o legado de Chávez continue servindo de inspiração para os governos progressistas da América Latina.

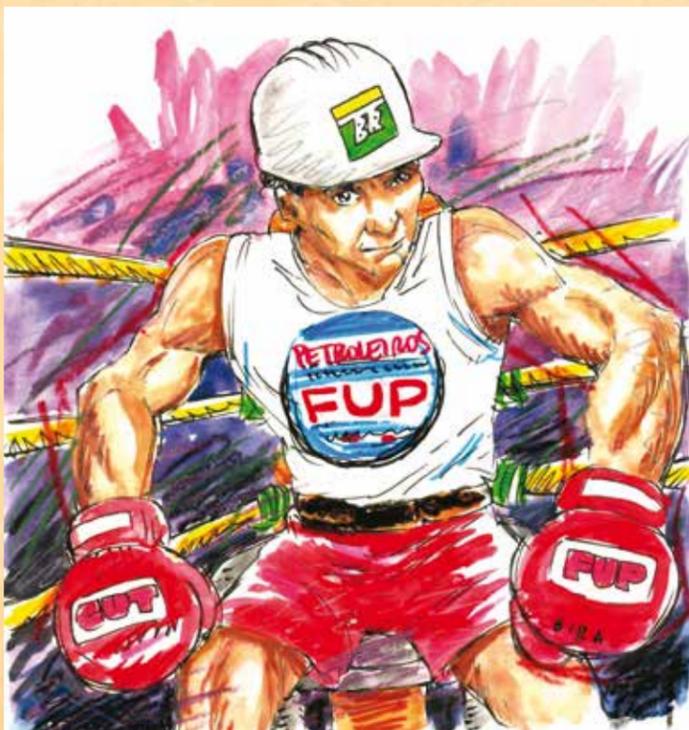
Nelson Mandela, o revolucionário!

Aos 95 anos de idade, Nelson Mandela morreu no dia 05 de dezembro, deixando para a humanidade um dos maiores legados de luta em defesa da liberdade e por uma sociedade sem segregações. Durante as homenagens que o mundo inteiro prestou ao líder sul-africano, a mídia enalteceu seu perfil pacifista e conciliador, omitindo fatos fundamentais da trajetória de Mandela como revolucionário socialista.

Sua biografia não se resume ao fato de ter sido o primeiro presidente negro da África do Sul, após permanecer 27 anos preso, e de ter recebido o Prêmio Nobel da Paz. Ele defendeu intransigentemente os princípios da revolução cubana, país que desde o início apoiou ativamente a luta dos sul-africanos contra a dominação branca. Mandela também fez críticas contundentes à invasão do Iraque pelos Estados Unidos, às sanções impostas contra a Líbia de Muammar Khadafi e em defesa de um Estado palestino soberano.

Sua luta política foi muito além do combate ao apartheid. Mandela lutou por uma nação livre e socialista. Por conta disso, até 2008 ele ainda figurava na lista de terroristas do governo norte-americano. O historiador britânico, Perry Anderson, considera Nelson Mandela e Lula como os maiores líderes populares do mundo contemporâneo, por terem se dedicado a causas intrinsecamente relacionadas ao fim da exploração e da opressão impostas pelo capitalismo.





SINDIPETRO AMAZONAS
www.sindipetroam.org.br

SINDIPETRO BAHIA
www.sindipetroba.org.br

SINDIQUÍMICA BAHIA
www.sind.org.br

SINDIPETRO CEARÁ
www.sindipetroce-pi.org.br

SINDIPETRO DUQUE DE CAXIAS
www.sindipetrocaxias.org.br

SINDIPETRO ESPÍRITO SANTO
www.sindipetro-es.org.br

SINDIPETRO MINAS GERAIS
www.sindipetromg.org.br

SINDIPETRO NORTE FLUMINENSE
www.sindipetronf.org.br

SINDIPETRO PARANÁ/SANTA CATARINA
www.sindipetroprsc.org.br

SINDIQUÍMICA PARANÁ
www.sindiquimicapr.com.br

SINDIPETRO PERNAMBUCO/PARAÍBA
www.sindipetropepb.com.br

SINDIPETRO RIO GRANDE
www.sindipetrorg.org.br

SINDIPETRO RIO GRANDE DO NORTE
www.sindipetorn.org.br

SINDIPETRO RIO GRANDE DO SUL
www.sindipetro-rs.org.br

SINDIPETRO UNIFICADO DO ESTADO DE SÃO PAULO
www.sindipetrosp.org.br

PrimeiraMão Retrospectiva 2013

Boletim Especial
da FEDERAÇÃO
ÚNICA DOS PETROLEIROS
Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro,
Rio de Janeiro - (21)3852-5002
imprensa@fup.org.br

Edição:

Alessandra Murteira - MTb 16763

Texto:

Alessandra Murteira

Projeto gráfico e diagramação:

Claudio Camillo - MTb 20478

Diretoria responsável

por esta edição:

Caetano, Chicão, Daniel, Dary,
Divanilton, Enéias, Leopoldino, Chico
Zé, Mário, Moraes, Paulo Cesar,
Silva, Simão, Ubiraney, Zé Maria,



“Eu caminhei essa longa estrada para a liberdade. Mas eu descobri que depois de escalar uma grande montanha, há outras montanhas a serem vencidas. Eu descansei por um instante para apreciar a incrível vista que me cercava. Olhei para trás e vi a distância que percorri. Mas só posso descansar por um momento. Porque com a liberdade vêm outras responsabilidades. E sequer me atrevo a demorar a continuar. A minha caminhada ainda não terminou”.

Nelson Mandela
1918 - 2013

